

Mais rigor na fiscalização

Veja algumas das sugestões feitas pela CPI dos Correios:



- **Pessoas que** comercializam bens de luxo ou de alto valor podem ser obrigadas a comunicar suas operações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).
- **Bens obtidos** ilicitamente devem passar para o controle do Estado e financiar o combate ao crime ou ações voltadas à prevenção.
- **O uso de pregão** eletrônico, ainda restrito, é ampliado. Mudança introduz novo critério de julgamento das propostas: a oferta mais vantajosa, e não necessariamente o menor preço.
- **Proposta cria instrumentos** jurídicos capazes de fomentar a revelação de informações de interesse público. Um dos objetivos é facilitar a apuração de atos de improbidade administrativa.

Propostas ampliam o combate à corrupção

Cinco propostas que combatem a corrupção e a lavagem de dinheiro, feitas pela CPI dos Correios, estão prontas para entrar na pauta do Plenário do Senado. Uma delas aumenta o controle sobre transferências internacionais e saques de grandes quantias e venda de bens de luxo ou de alto valor. Outra

altera a Lei de Licitações para ampliar o uso de pregão eletrônico. Deve entrar na pauta, ainda, o projeto que incentiva a revelação de informações de interesse público que fundamentem a apuração de atos de improbidade. A fiscalização de fundos de pensão também pode ser alterada. **Página 3**



Antonio Carlos: "Lula quer acabar com imunidade parlamentar porque no Congresso se diz a verdade"

Lula foge dos debates, afirma Antonio Carlos

Antonio Carlos Magalhães lamentou a ausência do presidente Lula do primeiro debate entre os presidentes, ontem, na TV Bandeirantes. O senador repeliu as críticas feitas por Lula, em Salvador, à imunidade parlamentar e cobrou esclarecimento sobre os negócios do filho do presidente. **Página 4**

Saturnino rejeita tese de que governo federal teria relegado a região Nordeste ao abandono

Saturnino: governo investe no Nordeste

Os investimentos do governo Lula na área social e no desenvolvimento do Nordeste foram destacados por Roberto Saturnino. O senador informou que os projetos da região receberam cerca de R\$ 30 bilhões por ano. "As coisas saíram do papel e vão avançar mais no segundo mandato", observou. **Página 4**

Relatório da CPI vai logo ao conselho

Renan Calheiros deve receber hoje o documento e encaminhá-lo para que senadores citados possam ser julgados

O presidente do Senado, Renan Calheiros, espera receber hoje, do deputado Antonio Carlos Biscaia, o relatório parcial da CPI dos Sanguesugas. Renan disse que pretende encaminhá-lo o quanto antes ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ao qual caberá abrir processos contra os três senadores relacionados no documento e julgá-los em primeira instância. O vice-presidente do conselho, senador Demostenes Torres, afirmou ontem que é preciso iniciar imediatamente o processo disciplinar. Demostenes acredita ser possível concluir a fase de investigações do conselho antes das eleições de outubro. **Página 2**



Renan Calheiros enviará documento ao Conselho de Ética

Petróleo: Maciel quer Pernambuco e Paraíba incluídos em licitação

O senador Marco Maciel criticou ontem a exclusão das plataformas marítimas de Pernambuco e Paraíba da próxima rodada de licitações para prospecção petrolífera. Maciel informou que pre-

tende encaminhar proposta ao Conselho Nacional de Política Energética para que as plataformas constem da rodada de licitações que deverá ser realizada daqui a um ano. **Página 4**

Senadores relacionados pela CPI dos Sanguessugas terão agora a oportunidade de apresentar suas defesas; Demostenes Torres defende processo rápido

Renan encaminhará relatório da CPI ao Conselho de Ética

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que espera receber hoje o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Sanguessugas, que aponta o envolvimento de três senadores no caso da compra superfaturada de ambulâncias por prefeituras. De acordo com Renan, o relatório será encaminhado o quanto antes ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ao qual caberá abrir processos contra os três parlamentares e julgá-los em primeira instância.

A entrega do relatório deverá ser feita pelo presidente da comissão de inquérito, deputado



Renan Calheiros deve receber hoje as conclusões da CPI dos Sanguessugas

Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), que chega hoje a Brasília para uma reunião da comissão.

Também está prevista, mas

não confirmada, uma reunião do sub-relator de assuntos ligados ao Poder Executivo, deputado Julio Redecker (PSDB-RS), com seus assessores. Com a aprovação do relatório referente à participação de parlamentares, a CPI passará a investigar o envolvimento de ministros e outras autoridades do governo no esquema da máfia das ambulâncias.

Os três senadores citados no relatório da CPI dos Sanguessugas são Ney Suassuna (PMDB-PB), Magno Malta (PL-ES) e Serys Slhessarenko (PT-MT), que agora poderão apresentar suas defesas.

Demostenes defende processo imediato

O vice-presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, Demostenes Torres (PFL-GO), afirmou à Agência Senado que é preciso iniciar imediatamente processo disciplinar contra os três senadores citados no relatório da CPI dos Sanguessugas. Ele lembrou que essa é uma atribuição do presidente do conselho, João Alberto Souza (PMDB-MA), mas observou que não vai fugir da responsabilidade caso seja designado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para assumir a presidência do conselho ou mesmo para atuar como relator dos processos.

– O que não pode é o Senado ficar com essa dúvida [em relação aos três senadores]. Por isso, se eu



Demostenes Torres: “O que não pode é o Senado ficar com essa dúvida”

receber a designação para atuar como relator ou presidente do conselho, estarei à disposição.

Três senadores e 69 deputados constam da lista dos nomes que deverão, conforme decidiu a CPI, ser encaminhados aos conselhos de Ética e Decoro Parlamentar

das duas Casas.

Demostenes acredita ser difícil votar qualquer pedido de cassação antes das eleições, uma vez que a maioria dos senadores está em campanha nos seus respectivos estados e falta pouco mais de um mês para o pleito. O senador considera, entretanto, ser possível concluir a fase de investigações do conselho antes das eleições.

Segundo o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, ao receber o relatório da CPI, o Senado teria duas opções: encaminhar o texto diretamente ao Conselho de Ética ou enviá-lo à Corregedoria da Casa, por entender que as investigações preliminares do corregedor Romeu Tuma (PFL-SP) estão adiantadas.

Diretor do Senado autografa livro sobre Dinarte Mariz

Antes de ingressar na política, Dinarte Mariz plantava algodão e criava gado na região do Seridó potiguar. Em determinada ocasião, o então ministro José Américo anunciou visita ao município de Caicó, no Rio Grande do Norte. Dinarte reuniu 300 pessoas, distribuiu entre elas carros de mão e pás, e levou toda essa gente para recepcionar o ministro.

“Ministro, nós estamos prontos para iniciar a construção do açude de Caicó”, disse Dinarte Mariz para um surpreendido José Américo, que explicou a necessidade de se aprovar uma lei no Congresso antes de começar a obra. “Essa questão burocrática nós resolvemos depois, mas o pessoal começa a trabalhar amanhã”, retrucou Dinarte. Dessa forma, não só o Açude Itans foi viabilizado, como também teve início a carreira política de Dinarte Mariz.

Essa foi uma das histórias que o



Agaciel da Silva Maia relata como Dinarte Mariz iniciou sua vida pública

diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, contou em palestra na 2ª Feira do Livro de Mossoró, sexta-feira à noite. Agaciel falou do seu livro *Dinarte Mariz: Vida e luta de um potiguar*, que ele autografou após o encerramento da mesa-redonda da qual participou com a prefeita Fafá Rosado, a secretária de Educação do município, Niná Rodrigues, e o jornalista Rilder Medeiros.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário: debates entre senadores

A sessão plenária, voltada a pronunciamentos de parlamentares, está prevista para as 14h. Ela é não-deliberativa, ou seja, sem a votação de projetos. A crise de segurança em São Paulo, a disputa eleitoral e a repercussão dos trabalhos da CPI dos Sanguessugas devem ser os principais temas abordados da tribuna pelos senadores.

Terminada a primeira fase, CPI define novo calendário

A primeira fase dos trabalhos da CPI dos Sanguessugas foi encerrada na semana passada, com a aprovação do relatório parcial responsabilizando 72 parlamentares. Hoje, a CPI tem reunião às 11h para definir a próxima etapa de investigações, que deve se focar na participação do Poder Executivo – ministros, prefeitos e funcionários dos ministérios e de prefeituras – no esquema de compra superfaturada de ambulâncias com emendas parlamentares. A ideia é definir ainda o calendário dos trabalhos até dezembro, prazo final dos trabalhos da comissão.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papató Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Roberto Saturnino e Roberto Cavalcanti



Antero diz que sua proposta irá combater a evasão de divisas e a lavagem de dinheiro

Projeto quer impor maior rigor em fluxos de moeda

Proposta que impõe maior rigor ao ingresso e à saída de moeda nacional ou estrangeira do Brasil receberá decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Entre outras regras, o projeto – de autoria de Antero Paes de Barros (PSDB-MT) – estipula que somente instituições financeiras autorizadas a funcionar no país vão poder captar, no exterior, recursos em moeda estrangeira de residentes no Brasil.

Antero afirma que o projeto (PLS 39/05) é decisivo como instrumento de combate à evasão de divisas e à lavagem de dinheiro no Brasil, e foi elaborado a partir das conclusões da CPI do Banestado, encerrada há dois anos.

Outro mecanismo proposto no projeto reforça exigências para completa identificação dos responsáveis pelas transferências de moeda. Os extratos bancários devem conter valor da transação, número das contas, designação dos bancos e respectivas agências, e o nome das pessoas envolvidas nas duas pontas das operações.

De acordo com Antero, a proposta vai “fechar brechas” existentes na Lei do Plano Real (Lei 9.069/95). Com as mudanças, as transferências passarão a requerer a intermediação de ao menos dois bancos, ficando excluídas empresas financeiras *offshore*, normalmente abertas em países onde usufruem de privilégios tributários. Ainda por disposição do projeto, a inobservância dos mecanismos de controle vai implicar perda dos valores acima de R\$ 10 mil, que passam a ser transferidos para conta do Tesouro Nacional.

Segundo o parlamentar, atos normativos sobre contas de não-residentes (as chamadas contas CC-5), nos anos 90, permitiram que quaisquer instituições financeiras fizessem captações no exterior, em dólar, inclusive de “dinheiro sujo” que sai do país para ser “lavado” (ganhar perfil de dinheiro legal).

Sugestões da CPI dos Correios prontas para exame no Plenário

O relatório final da CPI dos Correios ofereceu sugestões para elaboração de leis ou modificação de normas existentes, a fim de tornar mais rígida a fiscalização do uso do dinheiro público. Cinco dessas proposições estão prontas para entrar na pauta do Plenário.

A primeira delas (PLS 225/06) visa aprimorar a legislação de prevenção e combate à lavagem de dinheiro no país. O texto altera a Lei 9.613/98, que trata dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores e que criou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

A proposição amplia o número de crimes considerados antecedentes para configurar a lavagem de dinheiro, incluindo, por exemplo, os crimes contra a ordem tributária. Outra mudança é a reestruturação do tratamento dado aos bens do investigado que sejam produto de infração penal e objeto de medidas assecuratórias decretadas pelo Judiciário. Com a alteração, é possível que o Estado utilize esses bens em ações de combate e prevenção ao crime.

Pela proposta, mais pessoas serão obrigadas a manter registro de clientes e a informar sobre operações suspeitas ao Coaf, como, por exemplo, pessoas físicas ou jurídicas que comercializem bens de luxo; juntas comerciais;



Relatório da CPI dos Correios inclui medida para punir mentira ou silêncio em depoimento

e pessoas físicas ligadas a compra e venda de imóveis.

Outra inovação do PLS é o estabelecimento de comunicação prévia das transferências internacionais e dos saques em espécie realizados nos bancos, ficando a cargo do Banco do Brasil a definição das regras. A multa hoje para quem fere a lei atinge o máximo de R\$ 200 mil. Pelo projeto, pode chegar a R\$ 20 milhões.

Ainda de acordo com a matéria, o réu não poderá obter liberdade provisória mediante fiança e não terá direito de apelar em liberdade, ainda que seja primário, se estiver configurada situação que autorize sua prisão preventiva.

Depoimentos

Outro projeto proveniente da CPI dos Correios pretende tipi-

ficar as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou comissões parlamentares de inquérito.

Para isso, o PLS 226/06 modifica o Código Penal, incluindo sanção para quem fizer afirmação falsa como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em inquérito civil e para quem, na condição de indiciado ou acusado, cometer as mesmas ações.

A proposição também altera a Lei 1.579/52, que trata das CPIs. Fica acrescentado inciso para punir quem fizer afirmação falsa ou negar a verdade como depoente perante comissão parlamentar de inquérito, com pena de reclusão de um a três anos e multa.

Uso do pregão eletrônico pode ser ampliado

A terceira proposta oriunda da CPI dos Correios, o Projeto de Lei do Senado 227/06, pretende aumentar o âmbito do pregão eletrônico e melhorar seus mecanismos de controle. Para isso, altera a Lei de Licitações (Lei 8.666/93) e a lei que instituiu a licitação por pregão (Lei 10.520/02).

Se forem aprovadas as modificações previstas na proposta, passa a ser permitida a utilização de pregão para a aquisição de bens e serviços em geral – e não mais comuns –, excetuando-se as licitações cujos objetos demandem uma análise profunda de aspectos técnicos, especialmente quando se trata das hipóteses de “melhor técnica” e “técnica de preço”. Nesse caso, a avaliação poderá ser feita antecipadamente e a pontuação das licitantes será aplicada a partir de uma equação

matemática.

A proposição também pretende solucionar os problemas surgidos com a imposição de que sejam adquiridos produtos de menor preço, o que frequentemente leva os licitantes à aquisição de material de segunda linha, como em casos de computadores e contratação de serviços terceirizados. Em hipóteses de comprovada urgência, as alterações na lei permitem a abertura de processo de pregão eletrônico, com prazos reduzidos e com envio de convite eletrônico aos licitantes cadastrados, dispensando a publicação no *Diário Oficial*. A utilização indiscriminada do instrumento sujeitará a autoridade responsável às penas previstas para crimes de improbidade administrativa.

Conhecimento

As mudanças sugeridas para

a Lei 8.666 prevêm um novo critério de julgamento das propostas dos licitantes – a “oferta mais vantajosa” –, que permitirá ao órgão licitante adicionar um juízo de qualidade baseado em experiências anteriores com aquele mesmo fornecedor. Considerações como cumprimento dos prazos para entrega, da qualidade da assistência técnica, da durabilidade e rendimento dos produtos serão levadas em conta. O julgamento poderá ser feito por técnicos ou pelos usuários de bens e serviços por meio de consulta estatística.

Com a modificação, também será possível beneficiar empresas com responsabilidade social, que preservem o meio ambiente, apóiem programas sociais ou contratem pessoas portadoras de deficiência.

Matéria prevê incentivo a revelação de interesse público

O Programa de Incentivo a Revelações de Interesse Público poderá ser instituído caso seja aprovado o quarto projeto sugerido pelo relatório final da CPI dos Correios (PLS 228/06). A iniciativa pretende oferecer instrumentos jurídicos capazes de fomentar a revelação de informações em prol do interesse público, a fim de permitir ou facilitar a apuração de atos de improbidade administrativa e de ilícitos penais.

A proposta estabelece que qualquer pessoa, por ato voluntário, pode revelar informações de interesse público perante uma autoridade policial ou administrativa, o Ministério Público ou juiz competente. A revelação de interesse público, de acordo com o projeto, pode ser feita por escrito ou oralmente, devendo ser reduzida a termo assinado pelo autor.

O projeto considera revelação de interesse público a delação ou prova capaz de auxiliar a apuração de ato de improbidade administrativa ou crime de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes, armas ou munições.

A iniciativa também contempla informações que apontem indícios de crimes hediondos; de terrorismo; de responsabilidade; de abuso de autoridade; de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores; eleitoral; falimentar; militar e aqueles praticados por organização criminosa. As medidas propostas pelo projeto de lei abrangem a proteção física, psicológica e profissional da pessoa que fizer uma revelação de interesse público.

Fiscalização

O quinto projeto apresentado pela CPI dos Correios altera a Lei Complementar 105/01, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras, para permitir a intensificação da fiscalização sobre os fundos de previdência complementar (PLS 229/06 – Complementar).

O projeto procura dotar os órgãos fiscalizadores da previdência complementar da prerrogativa de também investigar diretamente as operações financeiras realizadas com os recursos de planos de benefícios, assim como hoje ocorre em relação ao Banco Central e à Comissão de Valores Mobiliários no âmbito das entidades que compõem o sistema financeiro nacional.

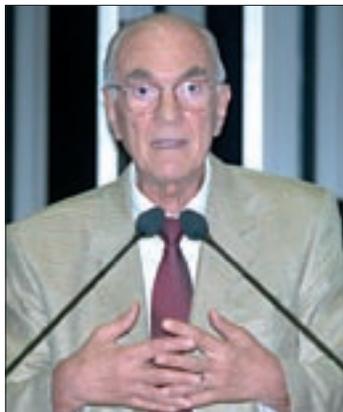
Para senador, feitos do governo – como aplicação de verbas na nova safra agrícola e no Bolsa Família – explicam a preferência de 65% dos nordestinos pela reeleição de Lula

Saturnino aponta realizações do governo Lula no Nordeste

Respondendo a críticas feitas por senadores da oposição, Roberto Saturnino (PT-RJ) destacou, em pronunciamento proferido ontem, as realizações do governo Luiz Inácio Lula da Silva na região Nordeste, que, na sua avaliação, explicam a preferência de 65% do eleitorado nordestino pela reeleição do presidente. O parlamentar afirmou que o governo destinou R\$ 30 bilhões por ano ao Nordeste.

A previsão é de que, em 2006, a região receba, pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, R\$ 4,5 bilhões, disse o senador, citando informações publicadas no jornal *O Globo* em sua edição do último domingo. Esse volume de recursos é bem superior aos R\$ 254 milhões registrados em 2002, salientou ele.

– O presidente Lula investiu no social e no desenvolvimento



Governo destinou R\$ 30 bilhões por ano ao Nordeste, afirma Saturnino

do Nordeste, as coisas saíram do papel e vão avançar mais no segundo mandato – garantiu o parlamentar, repetindo as palavras do ex-ministro da Integração Nacional Ciro Gomes.

Entre os investimentos na região, Saturnino lembrou a aplicação de R\$ 1,9 bilhão do Programa Nacional de Fortale-

cimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na nova safra agrícola; R\$ 3,1 bilhões no Bolsa Família; R\$ 195 milhões na construção de cisternas; R\$ 231 milhões no Pró-Água do Semi-Árido; R\$ 5,4 bilhões em habitação, beneficiando 500 mil famílias; e R\$ 3,3 bilhões em saneamento básico entre 2003 e 2006.

De acordo com Roberto Saturnino, tais iniciativas explicam a “acentuada preferência por Lula” do eleitorado da região e dão sentido aos resultados das pesquisas que contrariam os “discursos queixosos” de senadores, segundo os quais o atual governo teria relegado o Nordeste ao abandono.

O senador questionou tese “corrente até há pouco tempo no país” de que o povo não teria capacidade de fazer julgamento e observou que parte da elite brasileira ainda pensa assim.

ACM afirma que presidente está “fugindo dos debates”

Ao comentar em Plenário o primeiro debate entre os presidentes, ontem na TV Bandeirantes, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva “está fugindo dos debates” por não ter confirmado presença no evento. O senador aproveitou para criticar a recente entrevista concedida pelo presidente ao *Jornal Nacional*, da TV Globo.

Antonio Carlos observou que o presidente Lula “ficou nervoso” durante a entrevista “porque estava mentindo” ao declarar que havia demitido os ministros José Dirceu e Antonio Palocci. Na avaliação do senador pela Bahia, os entrevistadores do telejornal só esqueceram de questionar Lula acerca dos R\$ 15 milhões que um dos filhos do presidente teria recebido da empresa de telefonia Telemar por meio da empresa Gamcorp, da qual é sócio. O parlamentar solicitou que o presidente da República explique o caso para a população brasileira.

Ele ainda disse lamentar que o presidente tenha criticado a imu-

nidade parlamentar em recente comício em Salvador. Segundo Antonio Carlos Magalhães, Lula deseja acabar com a imunidade dos parlamentares.

– Ele quer acabar com a imunidade parlamentar porque aqui é onde se diz a verdade sobre as coisas que acontecem no Brasil, embora muitos o façam sem a autoridade indispensável, principalmente na Câmara dos Deputados, com os escândalos dos valeriodutos e dos mensalões – acrescentou.

Esclarecimento

O atual presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, também foi citado por Antonio Carlos Magalhães. Ele lembrou que Okamoto disse, no Congresso Nacional, ter pago dívidas do presidente Lula com o PT, enquanto o próprio Lula alegou, na entrevista, que não devia nada ao partido. Para o parlamentar, um dos dois está mentindo. Ele prometeu que o caso será desvendado “nesta legislatura ou na outra”.

– Este assunto tem de ser esclari-



Antonio Carlos cobra explicação de dinheiro recebido pelo filho de Lula

recido, para que o presidente da República não passe por mentiroso – sustentou, lembrando que a Justiça não permitiu que a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos quebrasse os sigilos de Paulo Okamoto.

O senador também mencionou artigo do empresário Antônio Ermírio de Moraes publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, no qual afirma que a corrupção no Brasil “tornou-se sistêmica e atingiu toda a máquina pública”. Antonio Carlos Magalhães citou ainda editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, que, conforme o senador, “chama o mar de lama petista de monstruosa metástase, comparando a corrupção a um câncer que se espalhou pelo governo”.

Maciel quer prospecção de petróleo em Pernambuco e na Paraíba

Marco Maciel (PFL-PE) protestou contra o fato de o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) ter excluído as plataformas marítimas de Pernambuco e da Paraíba da próxima rodada de licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP), para prospecção petrolífera. O senador lamentou que – apesar de estudos técnicos já haverem constatado a ocorrência de petróleo e gás nas costas desses estados – estejam sendo colocadas na licitação áreas totalmente desconhecidas.

Depois de classificar a medida do CNPE como “estranha”, Maciel ponderou que, ante a decisão da Petrobras de construir uma refinaria em Pernambuco, a exploração de petróleo na plataforma marítima pernambucana seria de “bom senso”.

O senador informou que pretende encaminhar proposta ao conselho para que a plataforma Pernambuco-Paraíba conste da próxima rodada de licitações da ANP, que deve ser realizada só daqui a um ano.

Maciel destacou que um laudo técnico da Associação Brasileira de Geólogos de Petróleo atestou o sucesso do “programa exploratório de amostragem geoquímica



Maciel protesta contra exclusão dos dois estados das licitações da ANP

do fundo marinho” da plataforma de Pernambuco e Paraíba, promovido pela ANP. Esse programa, disse ele, comprovou a existência de “nova fronteira de um sistema petrolífero ativo, de grande prospectividade, para óleos semelhantes àqueles das bacias” do Rio Grande do Norte e de Alagoas.

Em aparte, Roberto Cavalcanti (PRB-PB) considerou a exclusão inconcebível, pois o governo não perderia um centavo caso a área licitada não tivesse interessados entre as empresas que se dedicam à prospecção petrolífera no país, além da estatal Petrobras. Para ele, a exclusão ocorreu “sem uma causa justa”.

Roberto Cavalcanti destaca vida e carreira de Octavio Frias

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) destacou o lançamento do livro *A Trajetória de Octavio Frias de Oliveira*. De autoria do jornalista Engel Paschoal, a obra retrata a biografia do líder do Grupo Folha, mostrando os fracassos e sucessos que marcaram sua trajetória de vida e sua luta para construir e projetar nacionalmente seu empreendimento jornalístico. Em paralelo, o livro conta a história da *Folha de S. Paulo* e, como pano de fundo, traça um panorama do Brasil e dos acontecimentos mundiais com repercussão no país durante os 94 anos da vida de Frias.

O parlamentar justificou seu interesse pelo assunto pelo fato de atuar como empresário de comunicação há mais de 30 anos, ser admirador pessoal da trajetória de Octavio Frias e ter a *Folha de S. Paulo* como “jornal de cabeceira”.

Para Cavalcanti, a carreira empresarial no jornalismo desse carioca que adotou São



Cavalcanti festeja lançamento da obra *A Trajetória de Octavio Frias de Oliveira*

Paulo pode ser tomada como “uma aula de determinação, perseverança e paciência”.

– A alma grande do *publisher* da *Folha de S. Paulo* traduz a resistência à adversidade de quem quer tentar o empreendedorismo. Como empresário-jornalista, tinha como característica o fascínio pela notícia.

Em apertes, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Roberto Saturnino (PT-RJ) endossaram a homenagem a Octavio Frias.